

Pelo direito à cidade: memórias de uma ocupação de terra no bairro Dom Almir, em Uberlândia (MG), 1990-2000

Rosângela Maria Silva Petuba*

Você deitar na cama... saber que você não tem um emprego, seu filho não tem um emprego, seu marido não tem um emprego, o homem amanhã vem receber o aluguel... você não tem de onde tirar esse dinheiro, esse é o que é o mais difícil!

(Ireny José Ferreira, 1999)

Então, Deus deixou a terra pro povo, Deus não deixou a terra pra ficar aí parada, sem não ocupar não, né?

(Felismina Pereira dos Santos Alves, 1999)

Os trabalhadores urbanos que resolveram ocupar terras no Parque São Jorge IV, em Uberlândia (MG), no início da década de 1990, já viviam e trabalhavam nessa cidade havia muitos anos. Suas vivências compunham um quadro mais ou menos comum, no qual se cruzavam as lembranças da vida em outros lugares, os motivos da vinda para Uberlândia e as expectativas satisfeitas ou frustradas em relação ao trabalho, educação, saúde e moradia. No acompanhar dessas trajetórias, percebe-se que, independentemente da naturalidade ou dos anos de moradia na cidade, as experiências

* Professora adjunta do Departamento de História e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: rosangelapetuba@yahoo.com.br.

vividas no espaço urbano foram muito próximas para todos eles. Trata-se de um conjunto de expectativas recheado de imagens e significados sobre a cidade, conduzindo à maneira pela qual, no decorrer dessas vivências, a questão da moradia foi se revelando um problema, e ocupar terras urbanas uma solução.

Compartilho com Kowarick (1994) a reflexão de que não há uma ligação linear entre a precariedade de vida nas cidades e as lutas levadas a cabo pelos contingentes afetados por ela. Malgrado uma situação comum de exclusão, os integrantes desses grupos não só se manifestam de maneira diversa, como também, com suas experiências acumuladas, formam trajetórias de significados extremamente díspares. Por isso, essas experiências de luta, suas articulações e seu grau de organização devem ser recuperadas e estudadas em seus micromovimentos, com uma pesquisa focada em situações concretas.

Não se trata, obviamente, de ignorar as condições macroestruturais e as contradições imperantes na sociedade, mas de reconhecer que, em si, a pauperização do processo produtivo e a espoliação urbana decorrente da falta de bens de consumo coletivos, da falta de acesso à terra e à habitação, ou da opressão que se faz presente no cotidiano da vida, nada mais são do que matérias-primas que potencialmente alimentam as reivindicações populares. Entre estas e as lutas sociais propriamente ditas, há todo um processo de produção de experiências que não são tecidas de antemão na teia das assim chamadas condições materiais objetivas (Kowarick, 1994, p. 45-46).

A impossibilidade de estudar ou de pôr os filhos na escola, a dificuldade de arrumar emprego por falta de estudo, a solidão e o desamparo da viuvez, o constrangimento de morar de favor, as constantes mudanças de casa em função do aumento do aluguel não acompanhado do aumento do salário, a falta de água, o medo não ter para onde ir ou onde ficar quando chegassem a velhice ou a doença: tais anseios foram fundamentando e fortalecendo nos trabalhadores entrevistados para esta pesquisa a vontade de ter um “pedaço de chão”, uma casa para morar. Porém, mesmo diante dessas dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência na cidade, a decisão de ir para uma ocupação não foi fácil para nenhum deles.

Djalma, 38 anos, pedreiro, morou vinte anos em Uberlândia, na mesma casa, no bairro Tibery. Em 1983, os pais venderam a casa e foram embora para Goiás, trabalhar na roça. No entanto, a empreitada não deu certo, e em 1989 a família estava de volta:

Aí quando foi em [19]89, eu já casado, né, já com mulher esperando um filho... aí nós foi morar num comodozinho lá no São Jorge... aí eu fui trabalhar, tô trabalhando, quando chego em casa a mulher foi capinar o terreno lá, disse que ia invadir o terreno lá, que tava todo mundo lá, aí eu peguei e entrei nessa. (Djalma Morais de Souza, 1999).

Ireny era empregada doméstica na época, quando ouviu falar da ocupação: “Eles falaram que era umas terras, que a gente podia chegar e cercar uns terrenos pra gente...” (Ireny José Ferreira, 1999). Pensou que era bom demais para ser verdade, mas, morando de aluguel com sete filhos e um marido desempregado, resolveu participar.

Os depoimentos evidenciaram que o motivo maior da ida para a ocupação foi a vontade de se livrar do aluguel, de ter uma casa própria para morar. Dos entrevistados, muitos estavam empregados, outros moravam com parentes. Nos casos de Haroldo e Divina, eles trabalhavam e moravam com suas famílias numa carvoeira perto de Uberlândia e foram para a ocupação quando ouviram a notícia pelo rádio.

Sebastião morava em Uberlândia desde 1972: “[...] eu tinha três filhos... sempre morando de aluguel toda vida, fiz inscrição na Emcop [Empresa Municipal de Construção Popular] e mais em outros lugares, e nunca saiu nada... e o desespero tem hora que faz sapo pular, você sabia?” (Sebastião Corrêa Mendonça, 1999).

Maria Abadia, que sempre morou na roça, veio para a cidade quando o marido, sofrendo da doença de Chagas, não pôde mais trabalhar “no pesado”. Eles moraram em vários bairros da cidade: “Nós mudava igual pé de cebola, minha filha!”. Depois da morte do marido, Maria foi morar sozinha, no bairro Custódio Pereira:

[...] e a casa que eu morava tava toda rachada e quase caindo em cima de mim, e eu pejejei pro dono arrumar e ele dizia que não ia arrumar porque ele queria derrubar e era pra eu sair... aí eu fiquei doidinha da cabeça e o meu menino dando em cima pra eu vir pra cá, e eu vim. (Maria Abadia Francisca de Jesus, 1999).

Em agosto de 1990, iniciou-se a ocupação da área no Parque São Jorge IV, pertencente ao poder público municipal. A área ocupada foi batizada pelo nome de Vila Rica.

Tanto na documentação escrita quanto nos depoimentos colhidos, não foi possível perceber a existência de uma prévia organização dos trabalhadores para ocuparem o terreno, ou mesmo a atuação de algum movimento organizado com esse fim. A afirmação que persiste nos relatos é a de que os primeiros foram para lá porque estavam praticamente na rua, sem a mínima condição de pagar aluguel, e os demais ficaram sabendo da existência da ocupação por vizinhos, parentes, meios de comunicação, ou mesmo por intermédio de outros acampados.

Após a permanência na área por cerca de 45 dias, foi emitido um documento de reintegração de posse, que gerou resistência entre os ocupantes. Negavam-se a sair do local sem antes negociarem outra área para seu assentamento. Com esse intuito, formou-se a Comissão de Frente, para negociar com a prefeitura. Aliada à mediação de outros setores e movimentos sociais (igreja católica, Centro de Direitos Humanos, PT e sindicatos), essa resistência pressionou a prefeitura municipal de Uberlândia a transferir os ocupantes para outro local, garantindo o acesso a lotes de terra.

A transferência aconteceu sob forte pressão para que a ocupação se dirigisse à área de uma fazenda da família Costa Azevedo, em processo de inventário e disputa dos herdeiros. Foi diante de toda essa problemática que as famílias foram para a área onde hoje se situa o bairro Dom Almir.¹ Um ano após a transferência dos moradores originários da Vila Rica, uma outra ocupação iniciou-se numa área paralela ao bairro. O número de famílias dessa segunda ocupação chegou a 680, e a área ocupada por elas foi chamada de Dom Almir II. Posteriormente, a maioria dessas famílias foi transferida para o bairro Seringueiras, permanecendo no Dom Almir II apenas 72, que foram incorporadas ao Dom Almir I.²

Holston (2013) problematiza o processo pelo qual trabalhadores expropriados vão se constituindo e se reconhecendo como construtores da cidade, como portadores de interesses nesse espaço. No caso das ocupações

1 Todo esse processo também pode ser visualizado nos noticiários da imprensa local, mais especificamente no jornal *Correio do Triângulo*, edições de julho a agosto de 1990.

2 No entanto, a história da ocupação dessa área urbana estava longe de terminar. Em 1997, um dos herdeiros da fazenda loteou ilegalmente uma área pela qual os moradores pagaram, mas não receberam nenhuma documentação. Como era de se esperar, a prefeitura recusou-se a instalar ali os equipamentos urbanos necessários. Esses moradores utilizavam-se dos serviços de água, luz e outros de forma "clandestina". A essa área, deram o nome de Jardim Prosperidade. Em janeiro de 2001, uma nova ocupação com mais ou menos cem famílias aconteceu nos últimos espaços da antiga fazenda.

em pauta, essa identidade – de uma parte interessada na cidade – foi a base de uma noção de pertencimento até então inexistente, e possibilitou novas compreensões de cidadania. Ao longo da história, as cidades têm sido palco do desenvolvimento da cidadania. A urbanização global cria condições especialmente voláteis, na medida em que as cidades se enchem de indivíduos marginalizados, aptos a contestarem sua exclusão. Tal reflexão torna mais densa a análise das experiências desses trabalhadores que decidiram ir para a ocupação, tanto na Vila Rica quanto já no bairro Dom Almir: ao se colocarem em movimento para contestar sua exclusão cotidiana na cidade, eles enfrentaram, além do medo da polícia, dos roubos e de perder o emprego, a preocupação como bem-estar dos filhos, as condenações, o preconceito e a vergonha dos parentes, dos filhos e dos amigos.

Nos depoimentos, observa-se o quão difícil foi para essas pessoas ocupar terras alheias; em sua grande maioria, elas tinham como valor o trabalho, ao qual se vincula um sentimento de decência e honestidade que envolve adquirir o que é seu com “o suor do próprio rosto”:

É porque eu tava errada, eu sentia que eu tava errada, mas eu não tinha como, porque eu tava sozinha... então eu acho errado, porque ninguém pode pegar nada assim, dos outros, de graça, eu mesma vim, mas eu sabia que eu tava errada! (Maria Abadia Francisca de Jesus, 1999).

Maria Abadia trabalhou até a velhice junto com o marido, cuidando de uma fazenda de propriedade alheia, antes do marido adoecer e eles virem para a cidade. Moraram na fazenda durante vinte anos e, ao saírem, foram aconselhados a entrar na justiça, mas se negaram, por achar que “não era direito”.

A necessidade desses trabalhadores justificarem sua honestidade e seu direito ao participarem de uma ocupação revela o quão arraigada e legitimada é a noção de propriedade privada da terra, que ainda rege juízos sobre o que é ser honesto, trabalhador e decente. O ato de “invadir” só se justifica, para eles, pelo extremo da situação vivida, para a qual já não havia mais outra saída:

Por essa razão, nós ser invasor, que nós viemos pra cá de invasão, claro que nós veio mesmo... nessa situação! Por quê? Todo mundo são pobre, ninguém tinha dinheiro guardado, lá mofando, pra poder invadir terreno de ninguém, não... Todo mundo veio pra cá à procura de um jeito pra morar, pra ter um sossego, um lugar fora do aluguel. (Maria Joana Lima, 1999).

Sob esse prisma, “invadir” e “ocupar” são dois conceitos que podem até se firmar no mesmo ato concreto de disputa pela terra, mas que carregam em si conotações políticas e morais completamente diferentes. O primeiro é tipificado no Código Penal como “esbulho possessório visando à obtenção de vantagens econômicas ou financeiras”. Invadir é ferir o direito “sagrado” à propriedade, previsto em Constituição. O segundo, forjado na própria dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra, seja ela urbana ou rural, legitima-se a partir da discussão da função social da terra.³ Terra vazia não é terra invadida, é terra ocupada para cumprir seu fim social, visto que o ato em si não visa ao enriquecimento ou ao aproveitamento pessoal. Essa diferenciação está na base da justificativa da ocupação e é retomada nas falas quando os entrevistados se justificam:

Porque nós tá aqui e eu quero que fique todo mundo sabendo de um detalhe, que eu acho que todo mundo que veio pra cá naquela mesma ocasião, todo mundo veio com a mesma intenção: *de pagar, de pa-gar! Ninguém quer nada* de graça, não! (Maria Joana Lima, 1999).

As falas explicitam que não há um rompimento com a noção da propriedade privada, seja da casa ou da terra, mas deixam claro que há valores sobre os quais a propriedade ainda não adquiriu primazia – valores que emergem da experiência vivida, códigos não escritos que, em determinados momentos, impõem à lógica da propriedade a lógica da vida e do trabalho.

Felismina diz que a prefeitura não queria que o povo ficasse na terra, porque ela era de herança. Em sua fala, ela questiona o direito à herança de uma terra pela qual nunca foi pago nenhum imposto ou na qual não foram feitas benfeitorias, e tece comparações:

Às vezes... você tem uma casa ali, você não paga nada dela, você não faz nada por ela, você deixa ela jogada lá, ela não é mais sua, é? E às vezes, assim, tem tanta gente no mundo precisando de um terreno, precisando de uma terra, e fica essas terras aí tudo solta... e depois morre, pra quem é que essas terras vai ficar? (Felismina Pereira dos Santos Alves, 1999).

3 Uma análise da evolução ou do retrocesso do uso social da propriedade no Brasil, principalmente no que se refere à terra urbana, pode ser encontrada em Pessoa (1982).

Djalma lembra-se da vez em que ocuparam a prefeitura com as palavras de ordem “Não somos invasores, somos trabalhadores!”. Na prática, o termo era fortemente repellido, associado à imagem de baderna, de vadiagem e, principalmente, de roubo da terra. Porém, mesmo quando não foi mais possível continuar a luta por meio da lei, ou seja, pela negociação de loteamento ou casas, essas pessoas continuaram a ter um forte senso de transgressão legal.

Por outro lado, havia também a convicção de que o direito dos proprietários podia ser contestado diante da terra vazia, e a ação desses trabalhadores na luta por um lugar para morar mudou o cenário da cidade, embora eles não tivessem isso como meta definida. Ainda que o discurso da reforma urbana fosse corrente na época, devido ao processo constituinte de 1988, eles não eram militantes dessa reforma, mas suscitaram a discussão sobre a miséria e a opulência na cidade, remexeram a ferida do uso e da posse da terra urbana, e colocaram de forma prática, concreta e contundente, a velha pergunta: “Para quem é feita a cidade?”

Nem todas as pessoas entrevistadas estiveram na ocupação Vila Rica. Embora haja muita semelhança entre as trajetórias que levaram à ocupação e às experiências e privações vivenciadas nos primeiros tempos do bairro Dom Almir, as entrevistas apontam que ter ou não ter estado na ocupação Vila Rica influenciou na maneira pela qual o cotidiano e a organização no bairro Dom Almir foram vividos e percebidos pelos ocupantes. Parte dessa leitura pode ser observada, inclusive, na trajetória de formação da Comissão de Frente, na definição de suas funções e também na maneira como eram escolhidos os seus membros:

Essa comissão era o seguinte: aqueles líderes, não é líder de mandar em ninguém, eles eram líder de descer pra ir conversar na Emcop, na Secretaria de Habitação, conversar com vereador, com secretário responsável [...], essas pessoas, elas tinham mais condições, tinham mais argumento, mais confiança. (Sebastião Corrêa Mendonça, 1999).

A Comissão de Frente se compunha de entre nove e onze pessoas, que, segundo as entrevistas, tinham também como função ir aos postos de saúde pedir remédios, ir à prefeitura “brigando pelos bens do bairro” e fazer a interlocução necessária entre a ocupação e os outros setores sociais envolvidos no processo. Também era função da comissão chamar assembleias com os

ocupantes para discutir a situação, informar sobre os encaminhamentos na justiça e organizar formas de pressão sobre a prefeitura.

Djalma aponta, em sua fala, um pouco do que se pode considerar como critérios para a entrada na comissão: “Aí foi onde eles me chamaram pra entrar na tal comissão. Eu peguei e fui, por ter muito conhecimento da cidade, por já conhecer o prefeito há muito anos, saber o jeito dele, aí eu fui” (Djalma Morais de Souza, 1999). Os critérios aparentemente inocentes demonstravam uma compreensão clara da disputa que estava por vir. Conhecer a cidade e o prefeito significava, nas entrelinhas, conhecer o projeto de cidade do poder público municipal e as características da administração e da gestão desse projeto. Significava, também, que seria preciso atuar pelas brechas, aglutinar forças, construir no campo da ação e da prática política argumentos que viabilizassem a disputa de outras concepções, outras visões, colocando na pauta do dia a questão da moradia como prioridade, não pela ótica dos planos habitacionais, pura e simplesmente, mas pela ótica e pelas necessidades reais dos trabalhadores excluídos do direito de morar na cidade pela impossibilidade de prosseguirem pagando aluguel.

Assim, no período que precedeu à negociação de um novo local, a comissão estabeleceu fértil diálogo com as entidades do movimento popular. Foi dessas entidades que saíram os advogados que atuaram no caso. No período mais crítico, eles chegavam a ir todos os dias ao fórum, para ver se a prefeitura já havia entrado com a ação de despejo. Enquanto isso, no acampamento, era montada a vigilância para impedir a derrubada brusca dos barracos.

Parte das estratégias de organização e resistência utilizadas pelos ocupantes no período da Vila Rica pode ser visualizada nos documentos produzidos pela Comissão dos Direitos Humanos de Uberlândia, que retomam, em boa medida, a dinâmica daqueles dias turbulentos:

A prefeitura vai entrar com ação de despejo, a ordem é resistir no local. A advogada Márcia pede para não fornecer o nome pra nada, nem pra ninguém, de forma alguma, pois a prefeitura precisa dos nomes de todos os membros de todas as famílias para efetuar o despejo de uma só vez. (Comissão dos Direitos Humanos de Uberlândia-MG, 1990).

Pelo que se percebe por meio dos depoimentos, essas recomendações eram seguidas à risca. Um dos maiores receios dos acampados dizia respeito à polícia, e ele não era infundado, como demonstra a narrativa abaixo:

O cara meteu uma coronha de espingarda aqui em mim que quebrou isso aqui [mostra as costelas], fiquei muitos dias de cama... Foi chegando e mandando todo mundo desocupar, e eu falei: 'Enquanto tiver alguém aqui, eu tô aqui', aí ele me mandou uma coronhada aqui. (Sebastião Corrêa Mendonça, 1999).

Para Haroldo, que era integrante da Comissão de Frente e acompanhava de perto as negociações, a polícia realmente tinha a ordem de desocupar na lei ou na marra. Segundo ele, o pior só não aconteceu por conta da intervenção do bispo dom Estevão na prefeitura.

A atuação da igreja católica, segundo os depoimentos, foi decisiva em todo o processo do bairro Dom Almir. O religioso citado por Haroldo é dom Estevão Cardoso Avellar, segundo bispo da diocese de Uberlândia. Ele atuou entre 1978 e 2002, e sua ação na diocese foi marcada por um intenso trabalho pastoral, mostra de um posicionamento que já havia assumido quando foi bispo em Marabá (PA) e em Conceição do Araguaia (PA), ainda hoje regiões de intensos conflitos de luta pela terra.

Mais recentemente, em outubro de 2015, em uma reportagem do *Correio de Uberlândia* sobre as origens do nome Dom Almir, essa trajetória do envolvimento de setores da igreja católica, liderados então por dom Estevão, foi retomada por um morador do bairro:

Perguntamos ao morador João Batista Franco sobre o personagem Dom Almir e a resposta foi rápida: *'A formação do bairro aqui aconteceu com a ajuda de voluntários da igreja' [...], disse o pedreiro que mora no Dom Almir há mais de 20 anos. Mas o comerciante João Batista Gomes, que também mora no local há 25 anos, disse que inicialmente o bairro foi nomeado de Dom Estevão. 'Dom Estevão foi um outro sacerdote da diocese de Uberlândia que atuou entre as décadas de 80 até os anos 2000 mais ou menos, e ele era muito atuante também. Queriam colocar o nome dele no bairro, mas o Dom Almir na época de fundação do bairro já era falecido e o Dom Estevão não, aí ficou o Dom Almir mesmo.'* (Bocamino, 2015, grifos meus).

Retomando a análise sobre o momento da reintegração, havia por parte dos acampados a decisão de resistir de qualquer jeito e não desocupar a área sem a negociação de outro local:

Porque do jeito que nós tava lá, tanto fazia nós matar como morrer, não tinha pra onde ir, e a gente não saía sem negociação também, não. Nós ficamos esperando eles lá mesmo... na verdade ficamos esperando eles com machado, foice, facão, o capeta que aparecesse, era pra resistir mesmo, nós não ia sair de lá sem negociação! (Haroldo da Silva, 1999).

Não é difícil saber qual teria sido o resultado da ação policial se outras intervenções não tivessem cruzado o caminho das deliberações oficiais. Acontecimentos muito recentes no cenário da sociedade brasileira e mesmo na própria região estudada, no que se refere à luta pela terra e pela moradia, não deixam espaço para muito otimismo sobre ações policiais em áreas de ocupação de terra.

Além das medidas que visavam a dificultar ou impedir a repressão, outras, buscando sensibilizar a população para a situação vivida, foram pensadas: a organização de passeatas, filmadas no intuito de envergonhar a prefeitura e exigir providências; a redação de uma carta aberta à população uberlandense; a conscientização dos operários, via boletins internos nas fábricas; e distribuição da cartilha de João Udi⁴ na cidade.

Embora essas estratégias não tenham surtido o efeito esperado, sua proposição demonstra a ideia, por parte dos acampados, de que de alguma forma a sua luta se articulava a outras no contexto de Uberlândia, bem como a de que outros trabalhadores não eram indiferentes à questão da moradia. Reconhecia-se a possibilidade de solidariedade e de articulação de sentimentos e interesses comuns, de forma a colocar a disputa pela moradia no cenário de lutas maiores e mais complexas dentro da cidade. Concordo com Holston (2013) quando aponta que, ao contrário do que preveem muitas teorias sociais dos séculos XIX e XX sobre as classes trabalhadoras, os integrantes dessas classes se tornaram novos cidadãos não por meio de lutas trabalhistas, mas por meio das lutas pela cidade.

A relação existente entre o poder público e os ocupantes de terra da Vila Rica, mais tarde moradores do bairro Dom Almir, pôs no cenário a disputa entre diferentes perspectivas e representações da cidade. Para compreender a produção do espaço urbano uberlandense – com base nas áreas de assentamento

4 A cartilha intitulada *Os sonhos de João Udi: a cidade que todos queremos* foi elaborada pelo CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) e deveria servir como subsídio para a reflexão sobre a cidade e os problemas enfrentados por ela.

e urbanização de favelas – e a lógica dos programas de habitação vindos da administração pública municipal, é preciso levar em consideração o fato de que as medidas de intervenção do poder público na área da habitação na cidade tiveram como eixo de ação, quase sempre, o deslocamento da população pobre, em benefício de alguma obra pública, da valorização do solo, ou simplesmente pelo fato de que essas aglomerações “enfeiam” a cidade e obstam o imaginário da cidade limpa, ordeira e moderna. O prefeito Paulo Ferolla (PTB), à frente da gestão municipal no período de 1993 a 1996 (durante as negociações, portanto), fazia eco a essa visão, professando que Uberlândia seria portadora da modernidade, e que vivia, desde sua fundação, uma “infindável época de ouro”.⁵

É muito interessante perceber como a imagem da “cidade promessa” perpassou o tempo, persistindo, através dos anos, num campo de representações sobre a vida urbana e criando expectativas muito parecidas nos trabalhadores que aportavam na cidade em busca de melhores oportunidades de vida. A narrativa de que os trabalhadores acampados do Dom Almir eram migrantes que vinham para Uberlândia única e exclusivamente com o fim de ocupar terras foi a tônica do discurso do poder público municipal. Porém, quando se observa o tempo de moradia desses trabalhadores na cidade, fica difícil acatar essa ideia. O caminho mais lógico seria perceber a existência de uma recusa a aceitar Uberlândia como uma cidade que produzia pobreza e exclusão e que, por conseguinte, gerava, em alguns momentos, resistência e contestação por parte dos excluídos.

Como aponta Simonini (1984), a prática política empregada na cidade pela imprensa, políticos e empresários até o final da década de 1980 era a de ignorar a existência de problemas urbanos; embora essa estratégia tivesse relativo sucesso – pois, à primeira vista, era difícil localizar as mazelas comuns às demais cidades –, uma observação mais elaborada demonstraria que esse era um projeto cuidadosamente elaborado e colocado em prática havia décadas para que tais horrores fossem apenas ocultados da superfície urbana. Admitir que o “progresso” conquistado por sua elite era inalcançável por muitas pessoas era, de certa forma, negar os méritos municipais, e isso tinha custo político muito grande para ser assumido.

5 Sobre essa afirmação, ver Alem (1991). No texto, o autor aborda a construção da imagem e da representação de Uberlândia como uma cidade progressista, desenvolvimentista, mediante a elaboração de um discurso nativo que tem por objetivo incorporar e silenciar os novos sujeitos políticos que tendem a colocar em xeque o poder político das elites locais.

Conjugando essas análises sobre o projeto de cidade cuidadosamente construído que a ocupação punha em xeque, foi possível avaliar as narrativas produzidas sobre o processo de transferência para o bairro Dom Almir, uma experiência especialmente marcante, que aparece em todos os depoimentos. As condições nas quais se deu esse deslocamento formam uma lembrança que ainda hoje desperta indignação: “Gente, mais parece que eu tô indo é pro fim do mundo... pelo amor de Deus!” (Geni Salvino Santos, 2000).

Foi exatamente nestes termos que a ação foi anunciada pelo poder público no dia anterior:

O Secretário Municipal da Habitação e do Meio Ambiente anunciou ontem em entrevista coletiva que os posseiros que ocupam o Bairro São Jorge serão transferidos para as proximidades do conjunto Alvorada, mas não explicou em que condições serão abrigados no novo local. (Posseiros do São Jorge..., 1990, p. 4).

Nas fontes pesquisadas, não fica clara a intenção da administração pública ao transferir os “posseiros” para uma área configurada como espólio em disputa acirrada de herdeiros. Mas tanto mistério em relação ao novo local devia-se, primeiro, ao fato do terreno não ser da prefeitura e, em segundo lugar, obviamente, ao fato de que nenhuma infraestrutura havia sido montada para atender os novos moradores:

Vieram apenas umas 167 famílias, do restante uns desistiu, outros ficaram com medo da secretária do Virgílio, que ele ia mandar passar a patola em todo mundo. Na época a liminar do juiz deu causa ganha pra prefeitura, então eles ia tirar nós de lá à força, nós resistiu e viemos pra cá nos caminhão da prefeitura, aí jogou nós aqui e nós ficou abandonado mais ou menos uns dois meses, sem água, sem luz, sem nada. (Djalma Morais de Souza, 1999).

Haroldo, integrante da Comissão de Frente na época, conta que o local onde hoje se situa o bairro Dom Almir foi escolhido por ser o mais próximo do centro da cidade. Quando questionados sobre o porquê de terem aceitado esse local, mesmo sabendo da inexistência de infraestrutura necessária, eles apontam o fato da prefeitura ter se comprometido a fornecer a infraestrutura provisória, a exemplo do fornecimento de água, e a agilizar a legalização da área.

A notícia da negociação do terreno e da transferência dos acampados para uma área definitiva foi recebida com foguetório no acampamento Vila Rica. Era a sua primeira vitória concreta, mas, como se percebeu depois, a batalha estava apenas começando. A decisão, vinda de uma administração municipal completamente resistente à prática das ocupações de terra, poderia ser tudo, menos inocente; na prática, o descaso com o local onde se daria o novo assentamento urbano era, via de regra, um recado significativo para as prováveis futuras ocupações na cidade: “Jogaram nós aqui, igual cachorro, igual porco, foi despejando... não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, não tinha um lugar de você fazer as necessidades aqui” (Sebastião Corrêa Mendonça 1999). Quando os trabalhadores chegavam ao local, havia uma conferência da mudança dos acampados para ver se não estava faltando nada: “Trazia os trem e amontoava, e ali onde amontoava as famílias, cada um já fazia o seu barraquinho...” (Ireny José Ferreira, 1999).

A experiência de terem ocupado um terreno municipal, a organização demandada por esse fato, a resistência à polícia, as estratégias criadas para sensibilizar a população e pressionar a prefeitura, a própria transferência de um lugar para outro e a sensação de terem sido enganados pelo poder público municipal geraram interpretações diversas da ocupação, entre os trabalhadores que estiveram na ocupação do Parque São Jorge IV e aqueles que chegaram após a transferência para o bairro Dom Almir. Contudo, a questão do acesso à água nos primeiros tempos do bairro Dom Almir é, por exemplo, um elemento existente em todas as falas, sempre conotando uma profunda indignação diante da privação de algo tão básico.

No começo, a prefeitura mandava um caminhão-pipa levar a água duas vezes ao dia, mas, na época de chuvas, por causa do barro, ele não entrava, e os moradores ficavam sem água por vários dias. Depois, foram instaladas duas torneiras nas extremidades do bairro. As pessoas faziam filas, e geraram-se muitas brigas e desentendimentos, porque, às vezes, a água não dava para todos. Muitos moradores viam-se obrigados a comprar baldes de água e a caminhar quilômetros carregando galões em carrinhos improvisados para abastecer suas casas.

Na verdade, a questão do acesso à água já tinha começado na ocupação anterior, ainda no Parque São Jorge IV, quando, no intuito de forçar a retirada dos barracos, o prefeito mandou cortar o abastecimento do bairro vizinho, cujos moradores cediam água aos acampados. Sebastião diz lembrar-se muito bem dessa época:

Sério. Seríssimo o que eu tô te falando com você... eles ficaram sem água por nossa culpa, porque cortaram a água deles pra eles não dar água pra nós, certo? Então ele fez esse papel, além de prejudicar nós, prejudicou quem pagava, deixou aproximadamente uns sete dias o pessoal lá por nossa culpa, pra ver se forçava a barra pra nós, certo? (Sebastião Corrêa Mendonça, 1999).

Na época, a prefeitura e o DMAE [Departamento Municipal de Água e Esgoto] não quiseram fazer a instalação pra nós aqui. Nós fizemos mutirão, nós fizemos buraco daqui até onde ela sai, fizemos o mutirão, uns dois ou três meses, cavando direto, e aí depois o DMAE veio jogando os canos, e até tampar, nós foi preciso tampar. (Haroldo da Silva, 2000).

No mutirão para o encanamento da água, trabalharam crianças, homens e mulheres, até altas horas da noite. Aqueles que estavam empregados, ao chegar do serviço, assumiam a tarefa para os outros descansarem. Mas, mesmo assim, o benefício da água encanada não chegou para todos:

O que a gente passou aqui foi doído, foi triste, porque não tinha água nas portas, porque tinha que todo mundo comprar os hidrômetros e... Você vê, a gente era pobre, muitos perderam seus empregos pra poder tomar conta de suas casas e seus filhos. (Ireny José Ferreira, 1999).

O controle da água (como o de todos os outros bens que deveriam ser de caráter social e coletivo) é uma estratégia de poder. A privatização de um recurso natural coloca no cenário das disputas pela cidade a velha desigualdade social existente em nosso país. O trabalho da historiadora Denise de Sant'Anna traz reflexões muito oportunas ao debate sobre o tema. Para ela, o estudo da água e de sua conquista, bem como o de todo equipamento destinado a proporcionar conforto, pode ser revelador de antigos problemas sobre a cidade, afinal, “atrás do automatismo do gesto de abrir a torneira e obter água em abundância, podemos encontrar uma longa história nada tranqüila, repleta de disputas e alianças” (Sant'Anna, 1999, p. 300).

Mesmo depois de transferidas para o Dom Almir, as pessoas continuaram morando em barracos, que eram construídos com plásticos, lona preta, restos de materiais de construção doados ou mesmo pegos no lixo. Como relembra Felismina: “Cheguei a morar em barraquinho de lona, pegado até lá

no lixo, fedendo, que eu não tinha condições de comprar” (Felismina Pereira dos Santos Alves, 1999). Dos barracos, o que mais é lembrado é o calor, a fragilidade e a falta de segurança, em relação tanto às intempéries quanto à ação de ladrões:

No barraco toda vida era sofrimento. O meu barraquinho era ruim, as paredes de lona, coberto de lona, e eu não tinha sossego, e o medo quando ventava de noite, chovia e dava uma chuva de vento, e eu tinha de ir pra porta esperar o barraco cair, nem dormia direito com medo dos ladrão. (Maria Abadia Francisca de Jesus, 1999).

A época de chuvas era uma das mais difíceis para os moradores. As ruas ficavam intransitáveis, o caminhão-pipa não entrava para levar a água, a lama escorria para dentro dos barracos, estragando os poucos móveis e, às vezes, até as roupas e colchões que ficavam no chão. A fala de Geni dá a dimensão do problema:

Mas a água entrava aqui tudo, você vê que esse terreno aqui é escorrido, né? Entrava aqui, ó, que pra gente deitar, precisava de pôr uma bacia d’água no rumo da cama e depois que já tinha tomado banho lavava o pé e ia direto pra cama, a gente tirava água daqui de dentro com a mão! (Geni Salvino Santos, 2000).

Divina lembra-se que a lama era tanta que, para ir pegar o ônibus na beira da rodovia, era preciso calçar os pés com sacos plásticos e carregar os sapatos na bolsa, só calçando-os quando chegava ao asfalto. Pelo que se pode verificar na pesquisa em jornais, era justamente na época das chuvas que mais apareciam reportagens retratando o dia a dia dos moradores do bairro.

Os problemas com falta de infraestrutura no Bairro D. Almir se agravam nos períodos de chuva. As ruas de terra, com buracos enormes, ficam com água acumulada, provocando mau cheiro, atoleiros e impossibilidade de tráfego de veículos... Os moradores comentam que o mau cheiro que exala das poças d’água, nos dias de sol, parece animal morto. (Chuvas..., 1993).⁶

6 Outras matérias de jornais locais também trataram do assunto: ver Chuva... (1991) e Barro... (1991).

A questão do transporte coletivo é significativa; no início, os moradores do Dom Almir utilizavam o ônibus do bairro Alvorada e esse fato gerou muitos conflitos. Segundo os depoimentos, muitas vezes o ônibus não parava no ponto, pelo fato dos moradores do bairro Dom Almir estarem com os pés sujos de barro:

Que pra sair daqui... essa avenida aqui era barro, que pra sair daqui eu tinha que calçar um saquinho de arroz, um saquinho de açúcar, pra ir lá no asfalto, chegava lá o ônibus tinha dia que não parava, se tivesse muito sujo não parava... O povo dizia 'os sujos do Dom Almir', e colocaram o nome do nosso lugar aqui de Tubiacanga. Tinha vinte, trinta pessoas lá esperando. Ele passava e largava nós tudo lá. (Maria Joana Lima, 1999).

Diante disso tudo, os moradores reuniram-se e foram à Secretaria de Transporte Urbano, ameaçaram dar tiros, tombar e colocar fogo nos ônibus, alegando que o dinheiro deles pagava a passagem da mesma forma que o dos outros. O conflito pelo transporte urbano continuou mesmo quando os moradores conseguiram um ônibus só para o bairro, porque o ônibus era um só, muito velho, e fazia poucas viagens ao centro da cidade, não atendendo à demanda dos moradores, que deram um jeito de resolver o problema: "Um dia nós apedrejamos ele, quebramos ele tudo, aí eles melhoraram o ônibus" (Haroldo da Silva, 2000).

Porém, mesmo depois que o bairro obteve uma linha própria, atendida por um veículo mais novo, o ônibus do Dom Almir ainda era apontado como o mais sujo da cidade.

Mas por quê? Aqui não tinha asfalto nas ruas, então como esse ônibus vai ser limpo? Não tem como! Ele vem limpo, mas logo ele tá sujo, e outra coisa, o pobre mora sempre na terra, então é sempre falado: 'Dom Almir é o bairro mais sujo que tem em Uberlândia.' (Ireny José Ferreira, 1999).

Outra problemática muito presente nas falas refere-se à alimentação. A maneira como os ocupantes de terra lidaram com essa questão demonstra não só um universo de privação, mas também de práticas solidárias. Durante o tempo em que ficaram acampados no bairro São Jorge, segundo os próprios entrevistados, a situação não era tão grave, pois muitas pessoas ainda tinham emprego, outras não dormiam na ocupação e, por isso, levavam marmitas

para comer durante o dia, ou, em outros casos, os parentes que ainda não haviam ido para a ocupação encarregavam-se de levar comida.

Já no bairro Dom Almir, tanto para os que vieram transferidos como para aqueles que chegaram depois, o problema agravou-se muito, pois o fato da situação já não ser mais transitória forçou as famílias a se reorganizarem. Aquelas que ainda viviam em casas de aluguel ou moravam com parentes abandonaram a situação. Por outro lado, a distância do bairro, aliada aos problemas de transporte existentes nos primeiros tempos, dificultou a permanência no emprego e a ajuda dos parentes. Tal situação se refletiu diretamente na qualidade alimentar dos ocupantes, que, como podemos deduzir, já devia ser precária.

Além do pouco que alguns ainda podiam comprar, era preciso contar com doações de instituições de caridade e de particulares. Havia também um sopão quinzenal oferecido por uma instituição religiosa (era um dos poucos momentos em que se comia carne). Fora isso, a situação foi sempre muito difícil. O depoimento de Felismina dá a dimensão das dificuldades vividas:

Pra mim comer, eu tive que ir lá na máquina pedir bandinha de feijão, pedir arrozinho, no Ceasa dava verdura, e teve vez... eu não tenho vergonha de contar, teve vez d'eu comer batatinha ferventada com sal; beterraba cozida dentro daquelas bandinhas de feijão pra servir de óleo, porque eu não tinha óleo. (Felismina Pereira dos Santos Alves, 1999).

A situação também foi retratada nos jornais da época, com riqueza de detalhes. Numa reportagem sobre o dia a dia dos moradores do bairro (D. Almir..., 1991), é exposta a imagem de um grupo de mulheres e crianças carregando, por uma estrada de terra, bacias e baldes com restos de alimentos que seriam jogados fora pelos comerciantes do Ceasa.

A prática de ir buscar restos de verdura no Ceasa também aparece em outras falas: “Juntava todo mundo e ia no Ceasa, nós negociamos com o cara do Ceasa e ele deu as verduras, nós ia com duas, três carroças e tudo que vinha era dividido, nós dividia com todo mundo, ninguém ficava sem...” (Sebastião Corrêa Mendonça, 1999).

Existe uma diferença muito significativa entre a leitura que aparece na reportagem publicada no jornal e aquela que aparece na fala de seu Sebastião sobre a ida ao Ceasa para conseguir alimentos. No jornal, a conotação é de uma tranquila comiseração: “adultos e crianças voltam do Ceasa com restos de frutas e verduras que são jogados fora pelos comerciantes” (D. Almir...,

1991, p. 8). Ou seja, as pessoas, no auge da penúria e do desespero, se contentam com restos. Já na fala de Sebastião, o fato aparece com a conotação de uma ação mais organizada, pois havia uma negociação prévia, o que pressupõe uma capacidade de articulação e de buscar soluções para os problemas coletivos. Não se trata de dizer que não havia penúria, que as verduras e frutas eram de primeira qualidade ou que as pessoas jamais as tenham trazido em bacias e baldes carregados na cabeça, até mesmo porque as soluções coletivas não excluem ou invalidam as individuais ou de pequenos grupos. O que parece relevante é o fato das movimentações do sujeito coletivo, os moradores do bairro Dom Almir, serem suprimidas dos noticiários.

Outra forma de organização visando a amenizar as dificuldades em torno da alimentação foi a formação da Comissão das Panelas, concebida pelas mulheres do bairro:

Entre as mulheres era o seguinte, vamos supor: se eu tinha um óleo, eu ia e falava: ‘Fulana não tem óleo hoje pra fazer o almoço, então vai lá e dá o óleo pra ela, e eu tenho tanto de arroz!’. Então a gente ia lá e repartia, aquele conjuntinho, assim. (Ireny José Ferreira, 1999).

A Comissão das Panelas funcionava por quarteirão e sua organização baseava-se em experiências e práticas de solidariedade comuns no dia a dia. Essas práticas persistem até hoje no bairro: várias das entrevistadas apontam o fato de poderem trocar mantimentos com os vizinhos como uma forma de garantir alívio material, ainda que momentâneo. Existe um forte sentimento de identidade e de experiências compartilhadas, que impede, inclusive, as pessoas de se mudarem do bairro, quando as coisas “apertam”; nas palavras de Irene: “Lá pra outras bandas, ninguém me conhece!”.

Com os problemas de alimentação, de água, de calor, de lama e de sujeira, era óbvio que a saúde dos moradores, principalmente das crianças, seria afetada. Para lidar com o desamparo no setor de saúde, os moradores acampados do Dom Almir buscaram soluções coletivas, baseando-se nos conhecimentos populares sobre a medicina e na solidariedade de alguns setores e pessoas ligadas à área da saúde na cidade. Os moradores organizaram, por exemplo, uma “farmacinha”, que funcionava num barraco de lona onde também improvisaram um leito para atender os doentes. Os remédios chegavam por meio de doações que a Comissão de Frente se encarregava de conseguir nos postos de saúde e farmácias da cidade. Havia também um médico, Dr. Sebastião,

que algumas vezes atendia as pessoas no bairro – não foi possível obter mais informações sobre ele. Segundo os moradores, o quartel do exército também mandava médicos ocasionalmente e doava muitos remédios, que eram distribuídos de acordo com as necessidades mais urgentes. Nos casos mais graves, a saída era ir para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, mas aí existia o problema das ambulâncias, que raramente atendiam aos chamados do bairro. Devido a esse problema com o transporte dos doentes, apelava-se para as pessoas que tinham carro. Haroldo lembra que o seu carro era conhecido como a “ambulância do Dom Almir”.

Em relação à educação escolar das crianças, o bairro só passou a contar com uma escola oficial quatro anos após a sua fundação. Mas isso não impediu tentativas de resolver o problema. Uma escolinha também foi improvisada dentro do bairro, construída com madeira e telha comum, funcionando como um reforço escolar para as crianças que estudavam em outros bairros. Muitas crianças foram impedidas de estudar devido à distância do bairro em relação às escolas. Principalmente as meninas foram retiradas da escola, devido ao medo que os pais tinham de ataques de maníacos sexuais, que chegaram a ocorrer diversas vezes.

Para as crianças do bairro na época, eram poucas as alternativas: não só faltava escola como não havia outras atividades para elas. No geral, a lembrança que os moradores têm é dos jogos de bola (nos momentos em que as ruas não estavam alagadas), de soltar de pipas, de buscar água nos carrinhos e acompanhar as mães nas idas ao Ceasa. Uma lembrança positiva que alguns guardam é a dos domingos em que a igreja católica, em ação realizada por religiosos ligados ao bairro, os levava para almoçar e passar o dia no centro da cidade.

Para os adultos, as opções de lazer eram quase inexistentes e resumiam-se, no mais das vezes, às conversas nas portas dos barracos, aos ocasionais jogos de carta, às idas à igreja e aos bares. Esta última opção foi quase sempre encarada mais como problema do que como diversão, pois, segundo os depoimentos, muitas pessoas passavam da conta e criavam problemas para os outros.

No escopo destas reflexões finais, é possível perceber que, ao se colocarem em movimento, exigindo os seus direitos e questionando a ordem vigente na cidade, os moradores acampados do bairro Dom Almir viram-se diante de práticas de exclusão que, em muitos momentos, foram percebidas e sentidas por eles como atitudes de discriminação. Ao se observar como essas práticas foram viabilizadas, verifica-se, nas suas bases, uma elaborada política de segregação social dos trabalhadores considerados excedentes na cidade.

Estender aos ocupantes de terra do bairro Dom Almir a qualidade de vida e moradia tão desejada seria admitir que a cidade também deve ser feita para eles e, assim, legitimar a sua luta política. O descaso do poder público municipal era muito mais do que incompetência administrativa – embora essa possibilidade não possa ser descartada: dizia respeito a uma concepção política sobre a cidade e para quem ela era feita. O descaso era exclusão a expressar-se em atitudes que dificultavam, negavam e inviabilizavam, de forma sistemática – ora sutil e dissimulada, ora explícita –, o direito à cidade para os trabalhadores pobres e – de acordo com as normas do mercado capitalista – desqualificados profissionalmente.

Por outro lado, na luta cotidiana desses trabalhadores pela posse legal dos lotes, pela implantação de infraestrutura e dos equipamentos sociais básicos, subjaz uma luta de valores, na qual o que está em disputa é, fundamentalmente, o direito à cidade e a tudo o que ela representa em termos de conforto e perspectiva de vida. Nas falas, que trazem à tona o dia a dia nos barracos e as demandas coletivas e/ou individuais surgidas a partir desse referencial, surgem os valores e as representações do que é viver de forma digna na cidade; é na banalidade das ações julgadas “normais” e cotidianas que, para o historiador, surge a complexidade e a resistência.

É na dinâmica diária, enfim, que se delinham os conflitos, as visões, os afetos e os valores que explicitam a existência de modos de vida que se contrapõem ao discurso hegemônico sobre a cidade do progresso e da modernidade, que busca produzir a invisibilidade social da pobreza e da exclusão. Esses modos de vida geram práticas que ora se chocam, ora se complementam àquelas produzidas pela cidade.

Referências

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política de Uberlândia. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan./jun. 1991.

BARRO, fome e miséria, a triste realidade da vida no bairro D. Almir. *Correio*, Uberlândia, 17 out. 1991.

BOCAMINO, Ariane. Bairro Dom Almir tem o nome do primeiro bispo de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 out. 2015. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/bairro-dom-almir-tem-o-nome-do-primeiro-bispo-de-uberlandia/>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

CHUVA alaga ruas no Dom Almir e deixa desabrigados. *Correio do Triângulo*, Uberlândia, 10 out. 1991.

CHUVAS agravam o sofrimento no Bairro Dom Almir. *Correio*, Uberlândia, 18 fev. 1993.

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE UBERLÂNDIA-MG. *Relatório da I Reunião da Comissão de Frente da Ocupação do São Jorge com as Entidades do Movimento Popular*. Uberlândia: Comissão dos Direitos Humanos de Uberlândia-MG, 1990. (UFU/ Centro de Documentação e Pesquisa em História/Pasta do CDDH, nº 25, 27/07/1990).

D. ALMIR, a miséria à margem da cidade. *Correio do Triângulo*, Uberlândia, p. 8, 24 nov. 1991.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *São Paulo passado e presente: as lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

PESSOA, Álvaro. O uso do solo em conflito. *Revista Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 79-95, 1982.

POSSEIROS DO BAIRRO SÃO JORGE ainda não sabem para onde ir. *Correio*, Uberlândia, 14 ago. 1990.

POSSEIROS DO SÃO JORGE vão para o Alvorada. *Jornal Correio*, Uberlândia, p. 4, 14 ago. 1990.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. A conquista da água. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 295-300, maio 1999.

SIMONINI, Giselda Costa da Silva. *Telefonia: relação empresa e cidade – 1954-1980*. Dissertação (Mestrado). PUC-SP, São Paulo, SP, 1984.

Fontes orais

ALVES, Felismina Pereira dos Santos [58 anos]. [abr. 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 25 abr. 1999.

FERREIRA, Ireny José [50 anos]. [abr. 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 18 abr. 1999.

JESUS, Maria Abadia Francisca de [63 anos]. [abr. 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 19 abr. 1999.

LIMA, Maria Joana [48 anos]. [out. 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 15 out. 1999.

MENDONÇA, Sebastião Corrêa [58 anos]. [maio 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 22 maio 1999.

SANTOS, Geni Salvino dos [65 anos]. [jun. 2000]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 6 jun. 2000.

SILVA, Haroldo da [42 anos]. [out. 2000]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 16 out. 2000.

SOUZA, Djalma Moraes de [38 anos]. [abr. 1999]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 19 abr. 1999.

SOUZA, João Batista Naves de [41 anos]. [nov. 2000]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 20 nov. 2000.

SOUZA, Maria Divina Santos [47 anos]. [nov. 2000]. Entrevistadora: Rosângela Maria Silva Petuba. Uberlândia, MG, 17 nov. 2000.

Resumo: A proposta do artigo é mapear e problematizar o intrincado universo de experiências vivenciadas por trabalhadores urbanos ocupantes de terra na cidade de Uberlândia (MG), na década de 1990: seus conflitos, reivindicações e estratégias de organização, bem como as memórias que emergem sobre o dia a dia dessa ocupação, refletindo sobre como essas experiências evidenciam o processo de luta pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Cidade. Trabalhadores. Conflitos sociais. Ocupação de terra.

The city under dispute: memories of land occupation at the Dom Almir district, Uberlândia, MG, Brazil, 1990-2000

Abstract: This article maps and questions the complex universe of experiences lived by urban workers who occupied land in the city of Uberlândia, MG, in the 1990s: their conflicts, demands and organizational strategies, as well as the memories that emerge about the day of that occupation, reflecting on how those experiences evidence the process of struggle for the right to the city.

Keywords: City. Workers. Social conflicts. Land occupation.

Recebido em 09/11/2017

Aprovado em 04/06/2018